

Erro no registro

O Projeto de Lei nº 7.999/10, apresentado no ano passado pelo então deputado distrital Geraldo Magela — hoje à frente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação —, propõe a correção da poligonal para retirar os moradores do Núcleo Rural Boa Esperança. A justificativa da proposta traz a reprodução de notas taquigráficas da sessão em que foi firmado acordo para aprovação do texto. À época, os deputados citaram a exclusão de áreas ocupadas da poligonal. “Ocorreu um problema técnico na transcrição desse acordo. O que pretendemos é corrigir essa falha”, explicou Magela.

O diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, Paulo Henrique Carneiro, afirmou ser contra a medida. Ele afirmou que a área onde estão as chácaras do Núcleo Rural Boa Esperança sempre fez parte do Parque Nacional e não poderá ser excluída dos limites geográficos da unidade. “Precisamos evitar o adensamento a qualquer custo e vários dos problemas que temos no Parque Nacional começam ali, naquela região”, afirmou Paulo, referindo-se ao núcleo.

Para o representante do ICMBio, as críticas sobre a falta de cercas ao redor do Parque Nacional são descabidas. “Gerimos cinco milhares de quilômetros de unidades de conservação, como iríamos cercar tudo? Além disso, a cerca, às vezes, pode causar danos à fauna e à flora”, explicou. “Entendemos que a área deve permanecer como parte do Parque Nacional de Brasília”, concluiu Paulo Henrique.

Em meio aos relatos de moradores preocupados com possíveis derrubadas, a doutora em desenvolvimento sustentável Christiane Horowitz, servidora do Instituto Chico Mendes que trabalha no Parque Nacional há 20 anos, posicionou-se contra qualquer nova alteração da poligonal. “Todos os discursos apresentados na audiência pública ficaram centrados na defesa do ‘meu’, do ‘meu quintal’, da ‘minha posse’, da ‘minha área’. É preciso fazer uma defesa que remeta a todos nós. A beleza da área, o ar puro e o cantar dos pássaros têm que ser um privilégio de todos e, para isso, a área tem que continuar como Parque Nacional”, defendeu a servidora do ICMBio.